CARGA TRIBUTÁRIA

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília, terça-feira, 27 de setembro de 2016

País tem que rever impostos

No Brasil, tornou-se rotina aumentar impostos sempre que as contas públicas entram no vermelho. A gastança desenfreada dos últimos anos evidenciou, contudo, que essa saída fácil já não era mais suficiente para bancar um governo ineficiente e perdulário. O mais assustador é que, ao mesmo tempo em que o país passou a acumular deficits fiscais consecutivos — apenas em 2016 e 2017, o rombo acumulado será de R$ 310 bilhões —, os serviços prestados à população se deterioram por completo. Não por acaso, a insatisfação é grande.

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) revela que, para 45% dos entrevistados, a carga tributária é um problema extremamente grave. Na avaliação da maioria das pessoas, a redução de impostos, que representam um terço de todas as riquezas geradas no país, ou seja, 32,66% do Produto Interno Bruto (PIB), deve ser prioridade total, assim como o combate à corrupção, às drogas, à violência e ao desemprego. O pior é saber que muitos desses crimes são facilitados por um intrincado sistema arrecadatório.

A necessidade de rever a estrutura de impostos foi tema do seminário *Correio Debate: Carga Tributária no Brasil*, realizado em 20 de setembro, em parceria com o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco) e com o apoio do Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP). Todos os participantes, sem exceção, reconheceram que, da forma como está, o sistema de impostos se tornou um empecilho para o crescimento sustentado da economia, além de incentivar a informalidade, o desemprego, a sonegação, o contrabando e a pirataria.

Felizmente, os alertas encontraram eco junto ao secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, que admitiu a necessidade de simplificação do modelo tributário. "A administração tributária federal, além de garantir a arrecadação, a fluidez do comércio exterior com segurança aduaneira, tem compromisso muito forte de contribuir para melhoria do ambiente de negócios", disse. E prometeu que a reforma tributária virá assim que forem aprovadas a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita o aumento das despesas públicas e a reforma da Previdência Social.

Neste Suplemento, você vai conferir tudo o que foi discutido no seminário, as propostas e considerações dos painelistas convidados, que são unânimes ao afirmar que a saída do Brasil da crise passa pelo controle dos gastos públicos. Eles ressaltaram que, com o combate à sonegação fiscal, calculada em R$ 115 bilhões por ano, pode-se cobrir quase 70% do rombo das contas do governo. Isso passa pela necessidade de enfrentar com maior rigor o contrabando em nossa fronteira terrestre de quase 16 mil quilômetros.

MAURE

CARGA TRIBUTÁRIA

Peso de impostos e atividades ilegais barram crescimento

Correio reuniu representantes do governo, da indústria e especialistas, que discutiram a necessidade de descomplicar o sistema arrecadatório, os litígios, a economia informal e a carga assumida pelos contribuintes, que representa um terço do PIB

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Seminário reuniu alguns dos maiores tributaristas do país para mostrar as urgências das reformas estruturais. Fatura para a população ficou pesada

A disposição do governo de corrigir distorções no sistema tributário e de fazer as proposições com esse objetivo junto ao Congresso foi uma das promessas arrancadas do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, em encontro organizado pelo **Correio Braziliense** sobre o sistema de impostos do país e sua complexidade, além dos custos e litígios que gera. Teve espaço também a discussão sobre a necessidade de atacar com firmeza a informalidade, o que poderia minimizar o rombo das contas públicas.

A carga tributária correspondente a 32,66% do Produto Interno Bruto (PIB) apurada em 2015 não deixa espaço para a sociedade aceitar mais tributos. E o contribuinte reclama pelo retorno dos impostos que paga hoje. No meio empresarial, pesa ainda o alto grau de complexidade do sistema de arrecadação, que obriga as empresas a dominarem milhares de normas e a correrem contra o tempo para cumprir suas obrigações e evitar multas que inviabilizam negócios.

Custo Brasil

"As regras atuais são muito complexas e geram uma verdadeira indústria de litígios. Temos que acabar com esse contencioso que não é salutar para ninguém", observou o secretário da Receita, na presença de painelistas que representavam empresários da indústria, tributaristas e acadêmicos, além da plateia formada por técnicos de governo, estudantes e jornalistas.

No evento *Correio Debate: Reforma Tributária no Brasil*, foram discutidos os temas Impostos – Uma discussão necessária, Tributação e Reflexos Jurídicos, Custo Brasil e o Sistema Tributário Brasileiro. O **Correio** teve a parceria do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco) e apoio do Fórum contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP).

"O nosso grande objetivo é fomentar a discussão e pensar um pouco sobre o nosso Brasil", explicou o vice-presidente de Negócios Corporativos do **Correio**, Josemar Gimenez. Vicente Nunes, editor executivo do jornal, que foi o moderador dos debates, chamou a atenção para o momento crítico que o país atravessa. "Vamos registrar o segundo ano consecutivo de queda do Produto Interno Bruto (PIB). A contração acumulada será superior a 7%, em dois anos, algo sem precedentes em um período tão curto de tempo, o que mostra a urgência em que nos encontramos. Não há mais como adiarmos as tão esperadas reformas estruturais, entre elas, a tributária", disse o jornalista.

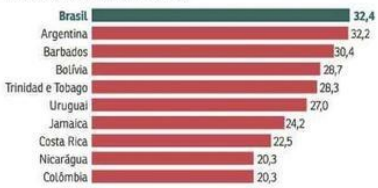
Para o presidente do Etco, Evandro Guimarães, um dos painelistas, falta decisão política e articulação para conduzir a reforma. "Tem que haver uma visão articulada do interesse da nação, e não de setores que atuam de maneira corporativa junto ao Congresso e ao Executivo. Não devemos fazer apenas remendos que favoreçam o nosso pedaço", declarou.

O ex-secretário da Receita Federal e presidente da Logos Consultoria Fiscal, Everardo Maciel, considera que o sistema tributário brasileiro, do lado da renda, é o mais simples do mundo. "Agora, a tributação do consumo é a mais complexa do mundo", reconheceu. Ele acrescentou que exigências da sociedade contribuem para tornar a arrecadação mais ou menos complicada. "Quem recebe aluguel, por exemplo, arca com imposto. E quem paga aluguel, então, poderia deduzir. Isso aumenta a complexidade", enfatizou.

Liderança na AL e Caribe

Oscilações dependem da economia e da legislação

Top 10 da arrecadação:
América Latina e Caribe (em % do PIB)*



*Dados de 2014, para comparação com os dados mais atualizados dos outros países

Evolução da carga tributária no Brasil (em % do PIB)

*Sem parcelamentos

Fontes: IBPT, Receita Federal

EU COM ISSO

Aumentar impostos, sobretudo em tempos de crise, resulta em consequências pesadas na vida das pessoas. Quando os tributos sobem, tudo fica mais caro. A indústria e o comércio repassam os encargos aos consumidores. A inflação mais alta exige que o Banco Central eleve os juros, o que reduz a capacidade da economia de crescer e de gerar empregos. Esse quadro fica ainda mais perverso, porque a informalidade ganha força e o crime organizado se propaga. Os produtos oriundos de contrabando, que não pagam impostos e, por isso, são mais baratos, encontram espaço. Quando isso acontece, as empresas que atuam dentro da lei ficam menos competitivas e, por conta da concorrência desleal, muitas fecham as portas e demitem funcionários. Enfim, a maioria perde e um pequeno grupo se apropria das riquezas.

Offshores na mira

O Brasil precisa passar urgentemente por uma mudança na estrutura de gastos. Se as alterações forem adiadas e o país só depender do aumento de receitas, mais a economia sofrerá. "A receita é serviçal da despesa. Se o governo aumenta a despesa, a receita diminui. O governo se apropria como sócio privilegiado de tudo o que a Nação produziu em determinado ano", protestou Sacha Calmon, professor das faculdades federais de Direito do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além de sócio do escritório Sacha Calmon.

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, explicou que a meta não é estabelecer alíquotas a patamares dos Estados Unidos, de 39% do Produto Interno Bruto (PIB). "Para nós, é muito difícil, porque o dinheiro não tem pátria", disse, se referindo ao risco que essa decisão poderia acarretar de maior fuga de capitais para os chamados paraísos fiscais. Essa é, atualmente, a grande preocupação, inclusive, entre as nações mais desenvolvidas, reunidas no grupo G-20.

O uso de offshores para transferências de lucros e dividendos de multinacionais tem impedido uma recuperação mais rápida da economia mundial, de acordo com os dirigentes das grandes economias. Além das remessas revestidas de legalidade, há necessidade de enfrentar outro inimigo das empresas que cumprem os compromissos legais: o comércio informal, a pirataria, o contrabando.

Alfândega

"Só há duas formas de conseguir arrecadar mais: aumentando alíquotas ou a base. Ou seja, combatendo a sonegação e fazendo quem não paga imposto começar a pagar", afirmou o deputado Efraim Filho (DEM-PB), presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e Falsificação. "O poder público, infelizmente, tem preferido a solução mais fácil: aumentar imposto. Só que isso nao é mais sustentável, as empresas estão fechando as portas", declarou.

O secretário da Receita comentou inciativas para coibir essa prática. "Não sei se vocês tiveram oportunidade de passar nas nossas alfândegas, depois das Olimpíadas, quando lançamos o uso de reconhecimento facial para autuar contrabandistas", observou. Segundo ele, "quando um viajante embarca na Europa, às 9 horas, a fiscalização já recebe os seus dados para serem analisados. Com base nessas informações, o analista tributário seleciona o contribuinte a ser fiscalizado no momento do desembarque".

Ele contou que esse novo sistema já permitiu detectar comerciantes de pedras preciosas e de drogas. "E foi muito mais fácil. O objetivo não é complicar a vida do cidadão, não queremos isso. Queremos evitar fazer uma abordagem de forma desnecessária, que enseje constrangimento, e focar nos contribuintes que cometem ilícitos", frisou.

Ineficiência dos gastos pune a sociedade

Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal, é enfático quando fala da carga tributária do país: "É preciso saber o que se quer da legislação tributária. Se for complexa, há mais sofisticação. Se for mais simples, reduz os custos administrativos. O embate entre eficiência e justiça é tão velho quanto o imposto". Ele alertou ainda que não acredita em imposto para fazer distribuição de renda. "Isso é com o gasto público, não com arrecadação."

O ex-secretário também é contrário ao chamado imposto saudável, que visa coibir o consumo de produtos tidos como prejudiciais à saúde, como o cigarro, por exemplo. Lembrou que, em encontro com representante da Organização Mundial da Saúde (OMS), à época em que comandava a Receita, foi contundente: "Vamos combinar o seguinte: você cuida de saúde, eu, de impostos".

Proibição

Jorge Rachid, o atual secretário, lembrou que a discussão sobre esse tipo de imposto avança no mundo. "Há países voltando a atenção para as bebidas açucaradas, que são relacionadas a causas da obesidade e diabetes. Estão proibindo a comercialização de bebidas em determinados ambientes, como nas escolas." Mas também demonstrou ressalvas em relação ao controle do consumo por meio de impostos. "Temos que ter uma carga adequada ao comportamento da economia. Aplicar tributos para desestimular consumo depende da cultura tributária, do grau de cumprimento das obrigações e de conscientização de determinadas sociedades", argumentou.

Em relação ao peso da carga tributária, o secretário disse que a grande questão é definir claramente qual o tamanho de Estado que a sociedade deseja. E Everardo Maciel resumiu: "Tem despesa grande, tem carga tributária grande". Mas, pelo lado do governo, Rachid adiantou que a decisão é mesmo a de estancar gastos, o que deve ser garantido se for aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita o aumento das despesas públicas à inflação.

Legislação

Mais de 300 mil normas tributárias desde a Constituinte

Foram editadas **320.343** normas tributárias entre a promulgação da Constituição em 1988 até 2014, sendo **30.322** no âmbito federal, **96.664** nos estados e no Distrito Federal e **193.357** nos municípios.

A complexidade legislativa impacta as empresas brasileiras, que devem seguir em média **3.639** normas, ou **40.865** artigos, **95.216** parágrafos, **304.446** incisos e **40.048** alíneas.

Para acompanhar as mudanças legais, o empresário brasileiro precisa arcar com custo médio de **R$ 50 bilhões** por ano para manter equipe especializada, sistemas e equipamentos.

Brasil tem a maior carga tributária entre os vizinhos latino-americanos

DIÁRIOS ASSOCIADOS

Diretora de Redação: Ana Dubeux (anadubeux.df@dabr.com.br); **Editores executivos:** Plácido Fernandes Vieira (placidofernandes.df@dabr.com.br) e Vicente Nunes (vicentenunes.df@dabr.com.br); **Editor de Fotografia:** Luís Tajes (luistajes.df@dabr.com.br); **Edição e reportagem:** Regina Pires e Alessandra Azevedo, especiais para o **Correio**; **Diagramação:** Glauco Gonçalves; **Revisão:** Marina Arantes; **Telefones:** 3214-1178 e 3214-1179;

impostocrescecrimeagradece.com.br
SE VOCÊ FUMA CIGARRO CONTRABANDEADO, É BOM SABER:
VOCÊ ESTÁ FINANCIANDO O CRIME ORGANIZADO.
VAMOS FALAR FRANCAMENTE?
Aumentar o imposto do cigarro fabricado no Brasil não é bom para ninguém. Nem para o governo, nem para o consumidor e muito menos para a sociedade. Porque, quando o imposto aumenta e o preço do cigarro nacional sobe, cresce a venda do cigarro contrabandeado, que não paga nenhum imposto. E o que é ainda pior: o contrabando de cigarro é hoje uma atividade nas mãos das quadrilhas do crime organizado. As mesmas que fazem o tráfico de armas e drogas. Quanto mais cresce o contrabando, mais aumenta a violência e a criminalidade. Diga não ao cigarro contrabandeado. Diga não ao aumento de impostos. Essa é a melhor atitude que você pode tomar para o seu bem e para o bem do Brasil.
#IMPOSTO CRESCE #CRIME AGRADECE
FNCP

CARGA TRIBUTÁRIA

Rachid promete reforma tributária

Mudanças devem ficar para depois da aprovação da PEC que limita o aumento de gastos e da reforma da Previdência

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, admite haver "indignação com a carga tributária do país", que alcançou 32,66% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2015. Mas defende olhar a questão não somente pelo lado do recolhimento de impostos, mas também pelo lado dos gastos do governo, que lembra estarem sendo enfrentados com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior. O projeto já está tramitando no Congresso. "O ministro Henrique Meirelles, da Fazenda, tem uma posição muito clara. O governo todo está imbuído neste momento em trabalhar na redução de gastos", enfatizou.

A segunda prioridade é a reforma previdenciária, já que o pagamento de aposentadorias é responsável por boa parte do rombo nas contas públicas. Para o próximo ano, o buraco na Previdência está estimado em R$ 148,7 bilhões. Em seguida, segundo Rachid, viria, então, a reforma tributária, mas sem grandes mexidas na estrutura dos impostos.

> **"Qual o tamanho de estado que a sociedade deseja? E quando eu falo em sociedade, tem que se levar em conta a concentração de renda, as limitações que temos, as necessidades de o Estado entregar"**
>
> *Jorge Rachid*
> *secretário da Receita Federal*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

PIS-Cofins

"Ao fazer o controle de gastos e repensar a Previdência Social, temos a agenda tributária, compromisso também assumido pelo ministro Meirelles. Essa é uma agenda ainda em debate, se referindo especialmente no âmbito federal ao PIS-Cofins (Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social). É o primeiro ponto, uma norma infraconstitucional, com mudança na lei, se resolve", afirmou.

No âmbito dos estados, segundo o secretário, "forte mesmo é a questão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços(ICMS), que torna necessária a busca de convergência de alíquotas". Mas esclareceu ser "algo que não devemos fazer para daqui a um ano ou dois". Rachid lembrou ainda que "já se tentou fazer uma agenda de quatro anos", mas que é preciso ter um horizonte de 10 anos ou mais, até 20 anos. "Até lá, vamos fazer a convergência, 10% por ano. Aí, as empresas se adaptam, fazem seu planejamento dessa forma", frisou.

Com a recessão econômica, tributos incidentes sobre bens e serviços perderam, no ano passado, mais de 0,5% do PIB. "E os estados, que são mais dependentes dessa arrecadação (de ICMS), foram os que mais sofreram, apesar de ajustes pontuais de um ou outro produto", reconheceu o secretário. A situação dessas unidades da federação está tão difícil, que o governo tem que fazer uma nova negociação de dívidas.

Serviços públicos de péssima qualidade

Jorge Rachid, secretário da Receita Federal, diz que há um grande desafio colocado sobre a questão tributária, que vai além da discussão da eficácia da administração pública. "É quanto ao Estado ter condições de atender de forma universal à saúde, à educação, à Previdência. Para isso, o país tem que ter carga compatível. E, aí vem a questão: qual o tamanho do Estado que nós queremos ter? Qual o tamanho que a sociedade deseja? E, quando eu falo em sociedade, tem que pensar na sociedade levando em conta a concentração de renda, as limitações que temos, as necessidades de o Estado entregar", afirmou.

A carga tributária subiu de 32,42% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2014, para 32,66% do PIB, em 2015, com variação de 0,24 ponto percentual, sendo que a parte da União correspondeu a 0,12 ponto dessa elevação.

Segundo o secretário, a alta, em 2015, foi influenciada pelo aumento de 0,30 ponto no Imposto de Renda sobre ganhos de capital e sobre remessas de recursos ao exterior. Ele advertiu, porém, que a carga já foi maior. "Tivemos um ponto acima, com 33,6%, em 2007. Depois, saiu a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mas foi compensada pela economia pujante em 2008."

A tributação diferenciada sobre atividades econômicas contribui para as oscilações da carga de um ano para o outro. Isso ocorre quando a pauta de exportações, menos tributada, e a produção agrícola crescem acima da média. O contrário acontece quando a indústria se expande, por ter maior taxação. Em 2015, foi o caso de as prefeituras também se destacarem na arrecadação por conta do aumento de impostos incidentes sobre bens (IPVA, IPTU).

Em relação ao tamanho da carga tributária, Rachid compara os 32,66% do PIB no Brasil com os 50,2% apurados na Dinamarca. "A carga está alta em relação a quê? Nós queremos o extremo, onde temos todos os serviços disponíveis? Ou a carga dos Estados Unidos, onde temos que pagar pelos serviços?", indagou. Outro exemplo citado foi o do México, onde o setor de petróleo não compõe a carga tributária. E ainda o fato de determinados países só terem previdência privada.

"Sabendo o tamanho do Estado que queremos, nós vamos ter a carga tributária adequada, evidentemente com a atenção muito focada no desperdício. Não podemos desperdiçar, não podemos gastar mal. Esse é o desafio", disse.

O peso dos impostos

Estado inchado exige cada vez mais da sociedade

Brasil no mundo

País	Carga tributária	Gastos do governo	IBPT*
França	45	57,5	24
Itália	42,6	51	26
Alemanha	36,7	44,3	15
Reino Unido	32,9	45	10
Brasil	32,66	43	30
Canadá	30,6	40,7	7
Japão	30,3	42,3	6
Estados Unidos	25,4	39	3

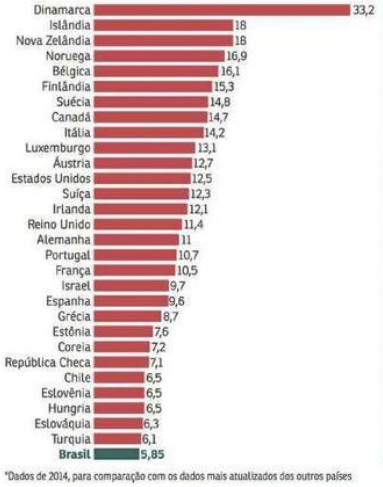
*Posição no ranking IBPT, que mede o retorno oferecido em relação ao que o contribuinte paga em impostos

Brasil e os BRICs

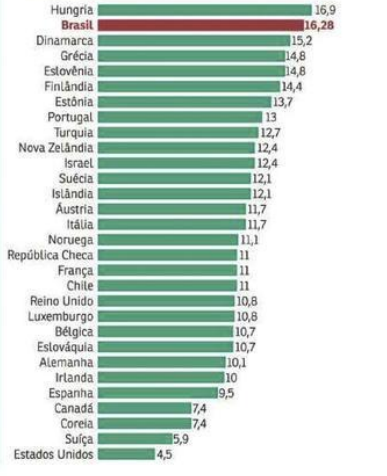
Brasil x OCDE*

O Brasil é o segundo país da OCDE que mais tributa consumo. No volume de arrecadação sobre renda, é o último da lista

Tributação sobre lucro, renda e ganhos de capital

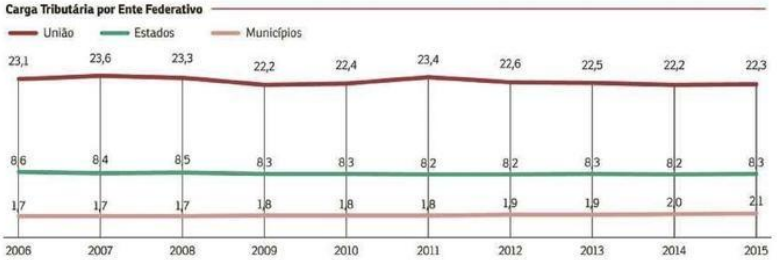


Tributação sobre Bens e Serviços



*Dados de 2014, para comparação com os dados mais atualizados dos outros países

Carga Tributária por Ente Federativo



Fonte: Fundação Heritage e Receita Federal

CARGA TRIBUTÁRIA

Simplificar a cobrança de tributos é urgente

Servidão ao Estado é citada por painelista ao comentar a quantidade horas gastas para entender e tentar cumprir obrigações com o Fisco

Um consenso, entre especialistas, é a necessidade de simplificar o sistema tributário. O que varia é a opinião sobre como isso deve ser feito. "Com seriedade e paulatinamente", acredita o professor Sacha Calmon, sócio-fundador do Sacha Calmon – Misabel Derzi Consultores e Advogados. Para ele, é essencial que haja participação da sociedade civil, do Legislativo e da administração pública, que devem decidir, em conjunto, as medidas a serem tomadas.

Na opinião de Calmon, o problema não reside no modelo previsto na Constituição, mas no que se tornou a prática. "O sistema é excelente. Dificilmente vamos encontrar um país no mundo com a mesma organização tributária que tem o Brasil. O que há são distorções quando ele se põe a funcionar", afirmou. Uma delas, segundo ele, é a forma como os tributos são cobrados. "Quem lança a maioria dos impostos é o contribuinte, que se obriga a conhecer uma montanha de leis, instruções normativas e pareceres. E, se errar, tem multas de 100% sobre o valor que deixou de recolher. É uma brutalidade que se faz com o cidadão brasileiro", declarou.

Servidão

A afirmação do advogado encontra respaldo. Os brasileiros levam em média cinco meses por ano trabalhando apenas para pagar tributos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBTP). "É um sistema de servidão ao Estado. Ouso dizer que, nem na época do feudalismo, havia uma servidão tão grande assim", reforçou o advogado Cristiano Carvalho, da CMT Advogados. Ele acrescentou dados do Banco Mundial de que empresas brasileiras consomem 2,6 mil horas por ano tentando cumprir suas obrigações com o Fisco. "Isso equivale ao tempo dispendido para conhecer a legislação, compreender e, se conseguir, cumpri-la", ponderou o advogado. Na opinião dele, o sistema brasileiro é "provavelmente um dos piores do mundo" e a reforma, "mais do que necessária".

Tributar prioritariamente bens e serviços em detrimento da renda, como ocorre no Brasil, é outro ponto considerado discutível. "Quando se tributa bens e serviços, pega-se uma parte maior da população. E, talvez, não se esteja tributando de forma equânime quem tem mais capacidade para contribuir. Tributar menos a renda e mais bens e serviços talvez esteja penalizando mais a sociedade", considerou Roberto Haddad, sócio responsável pelo departamento Tributário na KPMG no Rio de Janeiro. Já Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal e presidente da Logos Consultoria Fiscal, discorda: "Não se faz distribuição de renda com imposto e, sim, com os gastos".

Como forma de melhorar a arrecadação, Evandro Guimarães, presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), defende que todos os produtos que entram no Brasil deveriam pagar tributos. "Esse sistema de gifts, de que até um determinado valor não paga imposto, deve ser avaliado de maneira cuidadosa", assinalou.

Para o diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Fernandes, há duas questões centrais na discussão sobre tributos: a reforma da Previdência e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita os gastos públicos à inflação do ano anterior, em tramitação no Congresso. "Por vezes, as empresas estão focadas na carga e esquecem que ela é construída pelo gasto. É uma discussão muito importante, já que a receita decorre do padrão de despesas da sociedade", argumentou.

"Observando o cenário atual, ninguém tem muitas fantasias sobre a capacidade de grandes mudanças nos próximos dois anos", disse Fernandes. Ele acredita, no entanto, ser possível avançar no aperfeiçoamento de determinadas áreas, como a discussão sobre custos de processos, certidões e cadastros. Para ele, o sistema tributário vigente reduz o potencial de crescimento das empresas brasileiras, afeta a capacidade de exportação e tributa excessivamente os investimentos.

Resistência

No meio empresarial ainda há reservas para apoiar uma reforma tributária, afirmou Fernandes, da CNI. "Mesmo com os riscos da crise fiscal que está instalada, há empresas com medo que o PIS-Cofins aumente na hora da reforma", disse. "As empresas foram se adaptando e criaram seus regimes especiais. O ideal é que o sistema seja mais horizontal e menos discricionário", defendeu.

Segundo ele, o sistema atual induz os empresários à busca do regime especial. "Como a tributação de investimentos é elevada, todo o setor que se sente importante na economia luta para ter sua isenção de PIS-Cofins para que não tribute seu investimento. Isso porque o competidor não seria tributado da mesma forma lá fora", explicou. Fernandes destacou ainda que uma planta industrial com as mesmas configurações tem custo tributário de investimento maior no Brasil do que em países como Austrália, México e Inglaterra, por conta de intervenções de créditos tributários.

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Sistema tributário atual sobrecarrega o contribuinte, diz Calmon

Para Fernandes, da CNI, discussão deve ser pautada pelas despesas

Estrutura complicada

PIS-COFINS têm hoje recolhimento complexo, confira

Programa de Integração Social – PIS
Foi instituído pela Lei Complementar n.º 07/1970. A partir da Constituição de 1988, passou a financiar o programa de seguro-desemprego e o abono salarial

Há modalidades de pagamento e recolhimento

PIS Cumulativo

alíquota de **0,65%**

Empresas enquadradas no Simples Nacional como Microempresa ou de Pequeno Porte não se sujeitam ao pagamento em separado. Está incluído no pagamento mensal unificado de impostos e contribuições, com alíquota de 0,65%.

PIS Não cumulativo

alíquota de **1,65%**

Pessoas jurídicas de direto privado e as que são equiparadas pela legislação tributadas pelo IRPJ com base no lucro real. O PIS não cumulativo é uma forma de apuração da contribuição onde a empresa debita sobre o faturamento e pode creditar sobre compras e determinadas despesas.

COFINS Cumulativa

alíquota de **3%**

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS foi instituída pela Lei Complementar n.º 70/1991. Tem como fato gerador a totalidade das receitas, independente da atividade exercida pela empresa e da classificação contábil.

As empresas enquadradas no Simples Nacional na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte têm o PIS incluído no pagamento mensal unificado de impostos e contribuições.

COFINS Não Cumulativa

alíquota de **7,60%**

Tem como fato gerador o faturamento mensal independentemente de denominação ou classificação contábil. A empresa debita sobre o faturamento e pode creditar sobre compras e determinadas despesas no caso de tributação pelo lucro real.

Para cálculo da COFINS Não Cumulativa a empresa poderá aproveitar os créditos relativos a determinadas despesas.

Fonte: Indústria Hoje

Governo forte faz diferença

Independentemente do modelo que será adotado para fazer a reforma tributária, é necessário um governo forte, argumentou o deputado Efraim Filho (DEM-PB), presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação. "Para a mudança acontecer, precisa de um governo com coragem de colocar o dedo na ferida", disse.

"O diagnóstico já é conhecido. Difícil é acreditar que a economia vai crescer e gerar mais empregos quando os impostos caírem", ressaltou Efraim. "É inadmissível ter um modelo, no Brasil, que se chame 'simples'. Quer dizer, o outro, usado pela maioria, é complicado", afirmou.

O deputado julga necessária uma medida já discutida entre secretários estaduais de Fazenda e o governo federal: a criação de um fundo de compensações capaz de bancar perdas de receita nos primeiros quatro anos, por questões de planejamento. "Mas, a partir daí, será preciso otimizar o modelo, diminuir a burocracia e alinhar a carga tributária às alíquotas de impostos", sugeriu.

A dificuldade em aprovar as medidas, segundo o parlamentar, se deve à falta de força econômica, popularidade do governo e base no Congresso. "O Brasil, em 2008 e 2009, perdeu uma oportunidade histórica, pois tinha os três. O então presidente Lula tinha 90% de popularidade, base congressual de quatro quintos, e a economia estava, como se diz, bombando", lembrou Efraim. "Fazer agora seria muito mais desafiador. E, dificilmente, se conseguirá a curto prazo", lamentou.

Litígios aumentam despesas das empresas

Uma das maiores dificuldades criadas pela complexidade do sistema tributário é que, no Brasil, os problemas envolvendo dívidas tributárias são resolvidos sempre de forma litigiosa, ou seja, por meio de disputas administrativas e judiciais. "Essa situação gera insegurança jurídica às empresas e desestimula investimentos", advertiu Roberto Haddad, sócio da consultoria KPMG no Rio de Janeiro.

Além disso, o litígio resulta em custos adicionais tanto para as empresas quanto para o governo, não apenas em decorrência da legislação complicada, mas também do necessário acompanhamento das ações. "O que tem que gastar com advogado em processos judiciais é um valor enorme. Simplificando, já reduz o peso relativo da carga tributária", observou Haddad. "Não se tem necessariamente que baixar a alíquota, mas otimizar o sistema", completou.

"A maioria das empresas se incomoda mais com a complexidade do que com a carga tributária propriamente dita", observou o sócio da KPMG. Não por acaso, a estrutura tributária brasileira é reprovada por mais de 70% das empresas do país, de acordo com sondagem feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Noventa por cento dos entrevistados informaram considerar alto ou muito alto o número de impostos, enquanto 85% reclamaram da falta de simplicidade do sistema.

Primeiros passos

"Não dá para conviver com tantos impostos e tanta complexidade. É um ambiente altamente litigioso. Não existe um país no mundo que tenha tanto litígio quanto o Brasil", afirmou Haddad. Entre a infinidade de tributos, há pelo menos 10 importantes que afetam a vida dos contribuintes, calculou. "Nos Estados Unidos e na Europa, são dois: sobre renda e sobre venda", comparou.

É a complexidade que faz com que o Brasil tenha "tantos programas de anistia coletiva", afirmou o advogado Cristiano Carvalho, da CMT Advogados. Um exemplo é o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que ele classifica como sintoma da necessidade de simplificação do sistema brasileiro. "O modelo atual é tão distorcido que, a cada dois anos, vem um grande plano de refinanciamento de débitos E, muitas vezes, ele é visto como uma coisa boa, porque vai tirar a corda do pescoço. Se o sistema fosse eficiente, isso não seria necessário", disse.

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, frisou que a manifestação, em casos de litígio, já é feita em meio digital. Assim, é possível acompanhar todo o processo, onde está, com qual auditor, há quanto tempo e por que está parado. Ele fez menção ao pontapé inicial dado pelo ex-secretário Everardo Maciel, que acabou com o uso do papel em declarações de imposto de renda de pessoa física. "Desde 2010, todas as obrigações tributárias são entregues por meio eletrônico. Isso facilita a vida do contribuinte e significa menos custos e despesas para o Estado."

Tempo é dinheiro

Uma empresa brasileira gasta

108 dias por ano

2 funcionários

para cumprir com as obrigações tributárias

CARGA TRIBUTÁRIA

Fuga de capitais trava o PIB e estimula o desemprego

A evasão fiscal alcançou US$ 340 bilhões na América Latina, em 2015, de acordo com dados da Cepal, minando a atividade econômica

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Chega a 64 o número de paraísos fiscais listados pela Receita Federal do Brasil, países assim considerados por não tributarem a renda, por praticarem alíquotas inferiores a 20% ou por impedirem o acesso a informações de empresas. Além disso, há outras nações igualmente qualificadas como paraísos fiscais em função de darem tratamento privilegiado para atrair investimentos, sedes de holdings e de tradings.

O grupo formado por ativistas contrários à evasão fiscal, Tax Justice Network, calculou que o capital enviado a esses destinos totalizava mais de US$ 21 trilhões, em 2012, 24% do total de investimentos globais. O sistema, de acordo com a entidade, é "projetado e operado" por um grupo de especialistas ligados aos maiores bancos do mundo, como UBS, Credit Suisse e Goldman Sachs.

Mas o impacto negativo da fuga de capitais e das transferências de lucros sobre os esforços para a recuperação da economia mundial acendeu o sinal vermelho entre os países do G-20, formado pelas 19 nações mais ricas e a União Europeia, que firmaram, recentemente, acordo por maior transparência e troca de informações tributárias. No próximo mês de outubro, entrará em vigor a Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Assuntos Tributários, que inclui cooperação em matéria fiscal entre os signatários.

> **A principal causa da perda de arrecadação atualmente é a elisão fiscal, prática muito comum entre as grandes empresas. É coisa sofisticada"**
>
> *Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal e presidente da Logos Consultoria Fiscal*

Offshores

A preocupação com a perda de receita nesses países, independentemente de reclamações sobre carga tributária, se justifica, na avaliação do ex-secretário da Receita Federal e presidente da Logos Consultoria Fiscal, Everardo Maciel, já que "a principal causa da perda de arrecadação atualmente é a elisão fiscal". Ou seja, o uso de meios lícitos para evitar pagar tributos. O artifício é muito utilizado por multinacionais nas transferências por meio de offshores. "É coisa sofisticada", reforçou.

Ao direcionar remessas de lucros por meio de paraísos fiscais, empresas visam transferir a maior quantidade possível de recursos de suas filiais para as matrizes. Movimentos que também já são amplamente questionados por especialistas, mesmo sendo revestidos de legalidade.

Já a evasão, caracterizada pela sonegação fiscal, se origina, em sua maioria, de riqueza obtida com atividades ilegais, vinda do caixa 2 de empresas, da economia informal, do contrabando, do crime organizado. "Coisa de batedor de carteira", classificou o ex-secretário da Receita. No caso do caixa 2, o problema foi amplamente evidenciado no Brasil, por meio da Operação Lava-Jato, que envolveu, além de políticos, as maiores construtoras do país.

Engrossada pelo comércio ilegal, pela pirataria e pelo narcotráfico, a sonegação tem um peso muito grande em toda a América Latina. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a evasão fiscal na região chegou a US$ 340 bilhões em 2015, o equivalente a 6,7% do Produto Interno Bruto (PIB) que foi gerado no período.

"O dinheiro se mexe, mas é bom lembrar que lugar para escondê-lo está acabando", alertou Jorge Rachid, secretário da Receita Federal. "Muitos países já estão com franca troca de informações. Não vai ficar fácil para agir", enfatizou. "Fazemos parte do chamado BEPS, sigla do original em inglês, que significa Base Tributária e Transferência de Lucros, criado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). São aproximadamente 60 países descobrindo como enfrentar perdas na arrecadação estimuladas pelos paraísos fiscais", explicou. Estudos demonstraram que esses artifícios resultam em queda na arrecadação fiscal global superior a US$ 100 bilhões anuais.

Em países onde a organização da sociedade é mais avançada, há mobilização dos próprios contribuintes e consumidores contra a expatriação de capitais para evitar o Fisco, lembrou Roberto Haddad, sócio da Consultoria KPMG.

"Na França, por exemplo, quando dizem que determinada empresa não está pagando impostos, as pessoas boicotam e param de consumir os seus produtos, como forma de protesto", comentou Haddad. Ele acrescentou que, "depois da crise econômica de 2008, diante da redução de renda e da arrecadação tributária, muitos governos europeus passaram a ir atrás de empresas que driblam o pagamento de impostos.

Parte dos lucros da filial inglesa da Starbucks foi transferida para unidades de outros países, como a Holanda. A Apple passou a ser investigada por remessas feitas à Irlanda. E a Google teria remetido a offshores lucros obtidos na Grã-Bretanha. A alegação do governo: ter empregados no país que demandam gastos públicos, faturar milhares de milhões de libras e pagar apenas pequena fração em impostos, deixando de contribuir para o país, é inaceitável. "A população foi para as ruas protestar contra essa prática. Alguém consegue imaginar isso acontecendo no Brasil?", questionou.

> **Na França, por exemplo, quando dizem que determinada empresa não está pagando impostos, as pessoas boicotam e param de consumir os seus produtos, como forma de protesto"**
>
> *Roberto Haddad, sócio da consultoria KPMG*

Chance para trazer dinheiro de volta

Para quem tem dinheiro lá fora, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, faz um alerta: "Temos aí um regime, um programa de regularização de capitais no exterior. Uma oportunidade para resolver espontaneamente, agora que muitos países já estão em franca troca de informações".

Editada em janeiro deste ano, a Lei 13.254, que trata de regularização cambial e tributária, estipula o prazo de 31 de outubro para que contribuintes tragam de volta ao país recursos enviados ao exterior que não foram declarados ou foram declarados incorretamente à Receita.

No último Boletim Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado pelo Ministério do Planejamento, os técnicos calcularam em R$ 6,2 bilhões a receita gerada com os tributos da repatriação neste ano. Mas o mercado aposta que o volume será muito superior por ação dos próprios bancos estrangeiros.

Para se ter uma ideia da relevância desses recursos, o governo pretende empregá-los para cobrir parte do rombo dos estados, que reivindicam socorro de cerca de R$ 14 bilhões para sair do buraco em que se encontram.

Instituições estariam pressionando seus clientes a regularizarem sua situação fiscal para evitar complicações relacionadas a sua imagem. Afinal, como disse o secretário Jorge Rachid, "são aproximadamente 60 países descobrindo como enfrentar situações da não tributação".

PRINCÍPAIS PARAÍSOS FISCAIS

Suíça
Hong Kong
Estados Unidos
Singapura
Ilhas Cayman
Luxemburgo
Líbano
Alemanha
Bahrein
Emirados Árabes

Fonte: Tax Justice Network (TJN)

CARGA TRIBUTÁRIA

Enfrentar o comércio ilegal ajudaria a sair da crise

Uma operação de combate ao contrabando, como a Ágata, rende em arrecadação o equivalente a dez vezes o seu custo

Lutar contra o contrabando seria uma forma eficaz de reverter o rombo nas contas públicas do país, que deve encerrar este ano em R$ 170,5 bilhões, defende o deputado federal Efraim Filho (DEM-PB), presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação. "Nós estamos falando da solução de praticamente a metade daquilo que o país tem de deficit", alertou.

O Congresso, segundo ele, tem mantido entendimentos com o Ministério da Justiça para que as operações de fronteira sejam mais ativas e frequentes. "As operações de combate à pirataria e ao contrabando são autossustentáveis e lucrativas", garantiu Efraim. "O governo investe cerca de R$ 15 milhões a R$ 16 milhões em uma ação de 15 dias e isso rende mais de R$ 100 milhões em impostos", afirmou o deputado.

A equação para chegar ao número levou em conta o crescimento na arrecadação de dois tributos, o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Importação (II) durante os meses da Operação Ágata, que integra o Plano Estratégico de Fronteiras, e os três meses seguintes a uma das suas fases. Somou-se ao resultado a estimativa de quanto a operação renderia se tivesse continuado de forma permanente. A conclusão foi que, em quatro anos sem operações de fronteiras, o Brasil perde R$ 10 bilhões em arrecadação.

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

> **"O resultado do aumento da alíquota de cigarros contrariou as expectativas do governo. Tivemos queda de 8% no consumo do cigarro legal. Mas subiu 9% o do ilegal"**
>
> ***Edson Vismona**, presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade*

Fronteiras

Estudo realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf) mostra que o aumento de arrecadação de tributos federais ocorre devido à redução na oferta de produtos contrabandeados, que, por consequência, estimula o consumo de artigos fabricados no país ou importados legalmente.

"Combater o contrabando é pilar de um país que precisa se desenvolver e criar empregos. Não é favor ao setor produtivo", frisou Efraim Filho. "Parece que é o setor produtivo mendigando, como se fosse uma forma de aumentar seu lucro, mas é o Estado que precisa entender que, para arrecadar mais, hoje, a melhor solução é combater a sonegação, o contrabando e a ilegalidade", sentenciou.

Pena mais dura

Em atividade desde 2014, a Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, presidida pelo deputado Efraim Filho e composta por 201 deputados e 20 senadores, foi responsável pela última modificação feita no Código Penal. Com a lei 13.008/2014, a pena do crime de contrabando, que era de um a quatro anos, subiu para dois a cinco anos. Até então, o contrabando era considerado crime de menor potencial ofensivo. Ao perder esse status, tornou possível a prisão preventiva dos envolvidos.

É importante mudar a cultura

Especialistas e boa parte da sociedade compartilham a opinião de que aumentar impostos não é a saída para resolver o problema do contrabando. É o que revela pesquisa realizada pelo Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP) e o instituto Datafolha, divulgada neste mês, segundo a qual nove em cada dez brasileiros acham que é preciso diminuir a carga tributária para estimular a competitividade da indústria e do comércio nacional.

Além disso, 87% dos entrevistados disseram que o aumento de impostos favorece o contrabando e 75% afirmaram que o contrabando estimula a violência. O levantamento, no entanto, revelou um "dado curioso", na opinião do presidente do FNCP, Edson Vismona: ao serem perguntados se continuariam comprando produtos contrabandeados, 46% dos entrevistados disseram que sim, mesmo sabendo dos efeitos negativos.

"É uma constatação preocupante, porque mostra que não temos uma coerência ética. Isso é da nossa cultura. Temos que enfrentar essa questão", acredita Vismona. "Mudar leis é bem mais fácil do que mudar a cultura. Aí está o grande desafio", acrescentou o deputado federal Efraim Filho (DEM-PB), presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação.

Além do problema cultural, o tributarista Roberto Haddad, sócio da consultoria KPMG, acredita que o ambiente de desconfiança em que o Brasil se encontra prejudica a percepção das pessoas sobre o retorno dos impostos pagos. "Em países, especialmente da Europa, a população acredita que recebe de volta em serviços públicos o que paga em tributos. O retorno é bem mais claro", disse.

Alíquota do cigarro sobe e eleva consumo irregular

O mercado ilegal de cigarros movimenta, por ano, R$ 6 bilhões, de acordo com dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf). Fáceis de transportar, eles são os produtos mais contrabandeados no Brasil — respondem por quase 70% do mercado ilegal. Isso se explica, em parte, pela estratégia do governo para tentar frear o consumo de cigarro em função dos prejuízos que pode causar à saúde. Nos últimos cinco anos, a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi aumentado em 140%.

Há especialistas que são contrários ao chamado "imposto saudável", alegando que, no Brasil, um terço dos cigarros consumidos tem origem no contrabando. Para o deputado federal Efraim Filho (DEM-PB), presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, mesmo que as intenções do governo sejam boas, aumentar a tributação sobre cigarros não é uma medida sustentável.

O advogado tributarista Cristiano Carvalho, professor da Universidade de São Paulo (USP), concordou. "O percebemos é que a arrecadação do governo está diminuindo, assim como a produção de cigarros lícitos. A única coisa que está subindo é justamente o contrabando", disse.

Segundo Carvalho, em vez de desincentivar o consumo de cigarro e gerar receita para corrigir as distorções, o governo está incentivando cada vez mais o hábito de fumar o produto ilegal, e, consequentemente, fomentando o crime organizado e causando mais externalidades negativas, já que o tabaco ilícito não passa por nenhum controle sanitário.

"Quando os impostos crescem, todos os efeitos negativos se agravam", concordou o presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), Evandro Guimarães. "A política em vigor atualmente não está surtindo efeito. É preciso mudá-la," acredita.

Efraim Filho diz que a política em vigor não está surtindo efeitos

O Brasil deixa de arrecadar

O equivalente a 70% do rombo nas contas públicas

R$ 115 bilhões
é a estimativa dos prejuízos que o Brasil terá em 2016 com o contrabando

Com esse dinheiro, seria possível construir:

- **1,2 milhão** de casas populares
- **1,9 mil** quilômetros de rodovias
- **64 mil** creches
- **7,9 mil** hospitais

CIGARROS

30% do consumo interno de cigarro vem do contrabando

R$ 4,9 bilhões é o montante que o governo deixou de recolher de impostos em 2015 por conta da venda de cigarros falsificados e ilegais

Nos últimos 5 anos o Brasil perdeu, por conta do contrabando de cigarros:

30 mil postos de emprego

R$ 15 bilhões em impostos

85% dos cigarros contrabandeados vêm do Paraguai

80% do preço dos cigarros formais é para cobrir gastos com tributos

Fontes: Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), Idesf, Datafolha

CARGA TRIBUTÁRIA

Fronteiras abertas ao contrabando

Se a sonegação fiscal fosse revertida, daria para cobrir mais da metade do deficit público

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

O frouxo controle das fronteiras brasileiras abre espaço para a entrada de produtos contrabandeados — de preços sedutores, mas sem controle de qualidade. São menos de 3 mil agentes policiais responsáveis por vigiar quase 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres. "Os Estados Unidos, que têm uma fronteira terrestre de 12 mil quilômetros, contam com sete vezes mais agentes", comparou Cristiano Carvalho, advogado tributarista e professor da Universidade de São Paulo (USP).

Umas das maiores consequências desse comércio ilegal recai sobre os cofres públicos. O governo deixou de arrecadar R$ 115 bilhões de reais em impostos só em 2015, por conta de sonegação fiscal, de acordo com a Associação de Combate ao Mercado Ilegal (ACMI). Em vez de ser revertido em políticas públicas, a maior parte desse dinheiro vai parar nas mãos do crime organizado, que alimenta o contrabando.

Concorrência desleal

Com vantagem competitiva sobre a produção legal, o produto contrabandeado encontra consumidores principalmente entre a população de menor poder aquisitivo e a que mais sofre com o desemprego causado por esse nicho de mercado. "O contrabando contribui em muito para que empresas fechem as portas, ao instalar uma concorrência desleal", explicou o presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), Evandro Guimarães. Ele foi um dos painelistas do tema Custo Brasil e o Sistema Tributário Brasileiro no seminário *Correio Debate: Carga Tributária no Brasil*.

Fábricas e lojas fechadas resultam em menos renda para os trabalhadores, menor arrecadação e piora na qualidade de vida da população. Os prejuízos atingem o bolso da sociedade, não só das empresas instaladas regularmente. "Falta percepção do mal que essa prática faz. As pessoas não percebem que, quando compram um produto ilegal, estão, na realidade, tirando um emprego honesto de alguém", ponderou Guimarães.

Outro problema, segundo ele, é que as atividades ilegais, justamente por não sofrerem fiscalização, não controlam a qualidade do que vendem.

A associação do contrabando com a violência também foi lembrada pelo presidente do Etco. "Por onde entra um cigarro ilegal, chegam também drogas e armas", alertou. Segundo ele, são os produtos que pagam impostos que permitem a existência digna da população.

> **"As pessoas não percebem que, quando compram um produto ilegal, estão, na realidade, tirando um emprego honesto de alguém"**
>
> ***Evandro Guimarães**, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco)*

Consumo de produtos contrabandeados

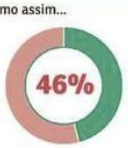
O que pesquisas revelam

O que o povo pensa...

Dos brasileiros acreditam que aumentar impostos sobre produtos fabricados no Brasil incentiva o contrabando

Dos brasileiros acreditam que a entrada de produtos contrabandeados favorece o crescimento da violência e da criminalidade

Mesmo assim...



Continuariam comprando produtos contrabandeados

Fonte: Datafolha e ETCO,

R$ 1 trilhão transita na informalidade

O mercado informal movimentou quase R$ 1 trilhão, ou seja, 16,2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2015. O cálculo é do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), que, em parceria com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), mede o Índice de Economia Subterrânea: a produção de bens e serviços que as empresas não declararam ao Fisco, sonegando impostos. "Esse valor é alto demais, maior do que o PIB da Argentina. É o dobro do que seria razoável aceitar", afirmou o presidente executivo do Etco, Evandro Guimarães.

Ele ressaltou que o problema não é o comércio popular, mas o descumprimento das leis tributárias. "O comércio popular é bem-vindo, desde que não seja ilegal", disse. O importante é que os produtos cheguem ao país em conformidade com a lei, de forma que os preços sejam negociados de maneira justa. "Tratar tudo como bagatela tira escala e competitividade da indústria", emendou.

Em 2015, impactado pela crise econômica, o mercado informal voltou a crescer depois de 11 anos, de acordo com o Índice de Economia Subterrânea. Quando começou a ser calculado, em 2003, o indicador representava 21% do PIB. Desde então, caía ano após ano, e chegou ao nível mais baixo em 2014: 16,1%, voltando a subir no ano passado.

Nessa situação, aumentar qualquer tributo prejudicaria, ainda mais, a produção nacional, alertou Guimarães. "Estimularia a pirataria, a sonegação, a falsificação e o contrabando", disse.

Além disso, os preços dos produtos legais ficariam mais altos e, portanto, menos competitivos. "Quando se aumenta o tributo sobre bens e serviços, o custo é repassado aos consumidores finais. Se os preços subirem muito, cresce a inflação", explicou o professor Sacha Calmon, sócio-fundador do Sacha Calmon – Misabel Derzi Consultores e Advogados.

Economia subterrânea

Depois de anos em queda, voltou a crescer

Produção de bens e serviços não reportada ao governo

Ano	% do PIB	Bilhões de Reais (*)
2003	21	870
2004	20,9	915
2005	20,5	924
2006	20,2	947
2007	19,4	966
2008	18,7	978
2009	18,5	965
2010	17,6	991
2011	16,9	986
2012	16,5	984
2013	16,2	995
2014	16,1	988
2015	16,2	956

(*) Valores atualizados

Fonte: Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO)/Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/IBRE).

> **"Os Estados Unidos, que têm uma fronteira terrestre de 12 mil quilômetros, contam com sete vezes mais agentes que o Brasil"**
>
> ***Cristiano Carvalho**, advogado tributarista e professor da Universidade de São Paulo (USP)*